

ANEXO 4

PROPOSTA DE METODOLOGIA GERAL PARA O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA

BRASIL

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Inventário Nacional da Diversidade Lingüística

O Inventário Nacional da Diversidade Lingüística (INDL) é instrumento de levantamento e registro das línguas faladas pelas comunidades lingüísticas brasileiras. Estas línguas são constitutivas da história e da cultura do Brasil e devem ser entendidas como referências culturais da nação, tal qual ocorre com outros bens de natureza material ou imaterial.

As línguas faladas no Brasil são classificadas em cinco categorias histórico-sociológicas, de acordo com sua origem histórica e cultural e sua natureza semiótica. Podem ser:

- Indígenas
- de comunidades Afro-Brasileiras
- de Imigração
- de Sinais
- Crioulas
- Língua Portuguesa e suas variações dialetais

O Inventário visa a dar visibilidade à pluralidade lingüística brasileira e a permitir que as línguas sejam objeto de uma política patrimonial que colabore para sua manutenção e uso.

Os resultados do Inventário Nacional da Diversidade Lingüística serão expressos em um formulário, único para todas as línguas, de modo que se possa ter uma visão geral e comparável da diversidade lingüística do Brasil. Seu preenchimento será relativo aos itens relevantes ou possíveis para cada língua ou categoria de línguas (por exemplo: o item *literatura escrita* ficará em branco para línguas em que não se produziram textos escritos).

Escopo geral do Inventário

O Inventário apresenta o formulário único que será usado para a apresentação dos dados, e que será preenchido, através de diferentes metodologias, para cada uma das línguas inventariadas. Esse formulário é composto das seguintes seções:

- I. Apresentação
- II. Introdução
- III. Identificação da língua
- IV. Demografia
- V. Caracterização lingüística e histórico-cultural
- VI. Distribuição geográfica
- VII. Usos na sociedade
- VIII. Ações sobre a língua
- IX. Literatura oral e escrita
- X. Produção Audiovisual
- XI. Estudos sobre a língua

XII. Acervo

DETALHAMENTO DA PROPOSTA

A) QUADRO INSTITUCIONAL PARA A PRODUÇÃO DO INVENTÁRIO

O mapeamento das línguas para o inventário será financiado por um fundo constituído por meio de termo de cooperação técnica entre os Ministérios da Educação, Cultura, Justiça, Ciência e Tecnologia e Planejamento, Orçamento e Gestão. O fundo será constituído por verbas orçamentárias e não-orçamentárias, obtidas a partir de parcerias. Deverão ter prioridade, no acesso a esse fundo, as línguas vinculadas às comunidades mais carentes de recursos financeiros.

Através de edital serão disponibilizados recursos para o Inventário das línguas a entidades com capacidade técnica para a realização desse tipo de levantamento. Com essas entidades serão firmados convênios ou contratos para a execução do inventário, respeitadas as diretrizes elaboradas para o repasse de verbas e para a execução do trabalho.

Cada entidade proponente da pesquisa oferecerá, para o Inventário, um plano de trabalho específico por língua ou grupo de línguas, que incluirá a metodologia de levantamento secundário e de campo adequada para cada caso. Nesta metodologia deve ficar estabelecido se o resultado será uma estimativa ou informação local a partir de observação direta.

Entidades que se candidatem para o trabalho com financiamento próprio ou com financiamento de outras fontes, sem pretensão de recursos do fundo, celebrarão um termo de parceria com o Ministério da Cultura, por meio do Iphan, para a execução da coleta de dados.

Uma comissão técnica composta por representantes dos Ministérios da Cultura, da Educação, da Ciência e Tecnologia, da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão e por cinco especialistas, prevista no decreto que criará o INDL, julgará os planos de trabalho apresentados. Ao término do trabalho de pesquisa, a comissão analisará o relatório final antes de os resultados serem incluídos no banco de dados do inventário.

Para as principais regiões plurilíngües do país dar-se-á prioridade a entidades que proponham o inventário concomitante de várias línguas, porque esse procedimento economiza tempo e custos. Caso contrário corre-se o risco de grupos diferentes terem que ir mais de uma vez para os mesmos lugares. Para as línguas faladas em extensões territoriais amplas e por numerosa população é interessante que cada língua seja inventariada separadamente por uma mesma entidade proponente. Recomenda-se que haja pelo menos um lingüista em cada um desses grupos de trabalho.

A língua e a região são, portanto, as unidades a serem consideradas para o trabalho. Os dados serão apresentados por língua, constituindo um único formulário. Seria contraproducente ter vários grupos mapeando uma única língua, porque isso aumentaria os

riscos de inconsistência dos dados. A região será um critério para o inventário em lugares onde um número expressivo de línguas é falado e onde essas línguas não são faladas de maneira exclusiva, mas em que normalmente os indivíduos são bi ou plurilíngües. Esta situação implica na necessidade de registrar, muitas vezes, os mesmos indivíduos no formulário de duas ou mais línguas.

Antes da abertura de editais para que levantamentos mais amplos sejam feitos, projetos-piloto com línguas de categorias ou situações sociolingüísticas diferentes deverão ser realizados, com o objetivo de permitir uma melhor análise, por parte da comissão técnica do INDL, dos custos, prazos e metodologias adequadas aos editais.

Os projetos-piloto serão realizados com sete línguas diferentes, tanto nas áreas rurais como nos ambientes urbanos onde ela seja falada, segundo os seguintes critérios:

1. Língua indígena próxima da extinção, sem crianças falantes da língua. Quanto menos falantes tem uma língua mais preciso deve ser o inventário, porque cada falante é estatisticamente muito mais relevante. Metodologias de estimativa serão usadas apenas para comunidades com população expressiva;
2. Língua indígena falada por, aproximadamente, entre 100 e 500 indivíduos.
3. Língua indígena de grande população e extensão territorial;
4. Língua de imigração;
5. Língua de comunidade afro-brasileira;
6. Língua crioula;
7. Língua de sinais.

Além de permitir uma melhor estimativa de custos e prazos para o inventário e, portanto, garantir editais mais adequados, os projetos-piloto servirão para a divulgação do programa do inventário da diversidade lingüística e para orientar as entidades proponentes, que poderão se preparar melhor para o trabalho e elucidar dificuldades metodológicas. Prevê-se que sejam entrevistados os executores ao final dos projetos-piloto, especificamente para dar indicações sobre dificuldades e soluções metodológicas, informação que será consolidada em um relatório sobre estas questões.

O formulário de dados terá um campo para registro de falantes de outras línguas que não a língua que está sendo pesquisada, porque muitas vezes os movimentos migratórios levaram falantes de línguas de uma região para regiões remotas em relação à origem da comunidade lingüística em questão. Isso vale, sobretudo, para as comunidades plurilíngües e servirá para encontrar falantes da língua em lugares insuspeitados, causa de deslocamentos e migrações muitas vezes de longo prazo. O grupo de pesquisa precisará, portanto, garantir visitas de campo nos lugares onde a presença da língua é variável, isto é, onde há falantes e não-falantes, e onde há falantes de mais de uma língua em uma única localidade.

O INDL possibilitará um levantamento bibliográfico prévio das línguas, incluindo seu nome e as referências bibliográficas sobre ela. Pressupõe também um sistema informatizado para inclusão desses dados bibliográficos, que ficarão à espera dos dados aportados pelos grupos de pesquisa.

B. INVENTÁRIO

Por inventário entende-se o formulário que recebe os resultados da pesquisa de uma língua, orientando a visão dos grupos de trabalho para determinados pontos, julgados necessários para se avaliar o estado da língua inventariada: número de falantes, território, grau de reprodução intergeracional, entre outros; e a criação de planos de salvaguarda coerentes com os resultados que se pretende alcançar. Esses inventários vão integrar um banco de dados denominado Inventário Nacional da Diversidade Lingüística do Brasil. Cada língua terá seus dados, coletados segundo diversas metodologias, apresentados no seguinte formulário:

I) APRESENTAÇÃO

Nesta seção haverá a apresentação da equipe responsável pelo inventário da língua, suas credenciais para realizar o trabalho, suas experiências anteriores com a língua inventariada, com a comunidade lingüística em questão e com outras pesquisas correlatas. Haverá também a descrição e análise sucinta da metodologia utilizada para a coleta de informações, de acordo com o plano de trabalho apresentado e aprovado pela comissão técnica do INDL.

II) INTRODUÇÃO

Do texto introdutório espera-se uma descrição aprofundada do trabalho realizado para o inventário da língua em questão, com apresentação das: a) Fases do processo, b) Dificuldades de cada fase, c) Soluções encontradas, d) Limites dos resultados colhidos e e) Recomendações para futuros acréscimos. Na introdução devem ficar claros os modos pelos quais a informação foi coletada e uma descrição do grau de confiabilidade dessas informações.

III) IDENTIFICAÇÃO DA LÍNGUA.

Denominação mais corrente:

Auto-denominações:

Denominação em português:

Caracterização¹ e Classificação:

¹ Por ‘caracterização e classificação’ entende-se a produção de uma ementa sucinta que permita o entendimento, com bastante precisão, de que língua se trata, já que há casos de línguas diferentes que são conhecidas pelos mesmos nomes ou por nomes genéricos. Sua caracterização e o detalhamento da sua classificação genética serão aprofundados no item V.

Região de origem:

Primeiros falantes no Brasil: (para línguas de imigração)

Estatuto: (indígena, de imigração, de comunidade afro-brasileira, de sinais, crioula, variedade do português)

IV) DEMOGRAFIA (estimativa do número de falantes).

A língua tem quantos falantes? (com apresentação e discussão das várias bases de dados); Qual é a população (para o caso indígena, em que há dados para a população de uma etnia, e não para o número de falantes da língua)?;

Qual a taxa de transmissão intergeracional da língua?²;

Quais os graus de proficiência³ dos falantes, por faixa etária?;

Análise e comentários.

V) CARACTERIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E HISTÓRICO-CULTURAL.

Classificação genética, composição dialetal, grau de distanciamento em relação a outras variedades lingüísticas aparentadas.

Deslocamento histórico sobre o território, situação de contato com outras línguas, intervenções que afetaram a língua⁴.

VI) DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA.

Localização dos falantes, das comunidades falantes, com indicação do grau de proficiência em cada comunidade. Localização de comunidades etnicamente aparentadas nas quais a língua deixou de ser falada, definição de tipos de territórios lingüísticos [território próprio ou não próprio, rural ou urbano, de co-habitação etc.] e deslocamento das comunidades sobre o território. Indicação da localização das comunidades falantes da língua e estimativa do número de falantes em outros países. Mapas.

² Por 'taxa de transmissão intergeracional' entende-se a verificação do grau de aquisição da língua como materna a cada geração, e o levantamento das eventuais perdas demográficas de uma geração para outra, determinantes para considerar uma língua como 'ameaçada'. Nesse sentido, uma baixa taxa de transmissão para as gerações mais novas é mais ameaçadora para a existência de uma língua que o baixo número de falantes em si mesmo. Apenas as línguas de sinais não são transmitidas necessariamente de pais para filhos, e contam com sistemas horizontais de transmissão, já que muitos surdos nascem em famílias de pais ouvintes e muitos pais surdos têm filhos ouvintes.

³ Os projetos-piloto apresentarão diferentes estratégias para o cômputo da proficiência perceptiva e produtiva nas línguas.

⁴ Por 'intervenções que afetaram a língua' pede-se que o grupo de trabalho mapeie os efeitos de procedimentos ou fases históricas sobre o devir lingüístico da comunidade: proibições, transferências de territórios, guerras, escravização, co-habitação com outros povos, entre outros.

VII) USOS NA SOCIEDADE.

Eventos de Fala: Descrição dos contextos e modalidades de uso e o grau de transmissão intergeracional destes eventos de fala⁵;

- a) Usos e suas formas no cotidiano da sociedade (incluindo o cotidiano nas instituições, como escola e sistema de saúde);
- b) Usos e formas especiais (rituais que envolvem usos lingüísticos).

VIII) AÇÕES SOBRE A LÍNGUA.

VIII a. Ações jurídicas, educacionais e culturais:

Existência de estatuto de oficialidade;
Educação (escolas e formação de agentes);
Saúde e meio-ambiente (postos ou agentes de saúde e formação desses agentes);
Instituições políticas (associações, organizações);
Instituições culturais de promoção.

- Grupos de teatro;
- Ensino da língua fora da comunidade lingüística (ensino da língua como L2 para não-membros da comunidade).
- Publicações periódicas ou não-periódicas;
- Eventos Culturais na língua;
- Programas na mídia;
- Programas especiais de outros tipos (revitalização, etc);
- Demandas da comunidade lingüística sobre programas e serviços lingüísticos (Documentação, revitalização, escolas bilíngües etc.).

Ações missionárias e religiosas. ⁶

VIII b. Escrita

Quantas pessoas sabem ler e escrever e quais suas idades?

A língua é usada como língua de alfabetização / como língua de instrução / em que níveis e etapas de ensino?

Como aprenderam a escrever na língua?

⁵ Sabidamente pode haver a transmissão intergeracional de uma língua e ao mesmo tempo a perda de parte significativa de eventos de fala que ancoravam uma determinada cultura oral, simplesmente porque a língua está sendo usada para novos fins e em novos âmbitos.

⁶ As ações missionárias sobre as comunidades produzem efeitos lingüísticos de vários tipos. É intenção deste item do formulário permitir ao grupo de trabalho analisar detalhadamente esta ação missionária sobre a língua e a cultura em questão.

Qual a atitude sobre a escrita na língua?
Como a língua está sendo escrita? Quem elaborou o sistema gráfico?
Há ortografia(s)⁷? Quem elaborou o sistema ortográfico? Quantas pessoas usam cada sistema?
Quem ensinou cada grafia?
Quais os usos que a escrita tem na comunidade?
Como circulam os textos escritos na língua?
Circulam textos escritos em outras línguas?
Quais os usos da língua escrita na escola? Há materiais didáticos? Quais? Como são usados?

IX) LITERATURA ORAL E ESCRITA.

IX a. Literatura oral.

Mitos e músicas: suas classificações e gêneros.
Histórias contadas em rituais e seus diferentes usos.
Caracterização sociológica dos artistas: quem são os contadores/cantadores?
Grau da transmissão da arte para as novas gerações.

IX b. Literatura escrita.

Obras escritas de vários gêneros produzidas na língua (por falantes ou produtores externos)

X) PRODUÇÃO AUDIOVISUAL.

Obras produzidas na língua (por falantes ou produtores externos).

XI) ESTUDOS SOBRE A LÍNGUA (BIBLIOGRAFIA, COM DESTAQUE PARA OS PRINCIPAIS ESTUDOS).

XII) ACERVO

Lista de palavras (200 palavras padrão)

Situações de uso:

⁷ Por 'grafia' entende-se a proposta ou propostas de escrita de uma língua, normalmente expressa através de um alfabeto, isto é, um conjunto de letras convencionalizado para escrever a língua em questão. Por 'ortografia' entende-se a grafia que pretende fixar uma única forma de escrever cada palavra, e que normalmente passou por processos de legitimação política, seja através de imposição por um grupo de poder, seja por decisões de assembleias.

- a) Amostra de lista de palavras escritas independentemente por alguns falantes alfabetizados;
- b) Textos escritos por falantes membros da comunidade lingüística;
- c) Usos conversacionais (filme de no mínimo 3 minutos de diálogo na língua, com legenda em português).